

# A manta é curta — e a deficiência continua ao relento

ARTIGO DE OPINIÃO

O sexo é fodido. A política também pode ser. Sobretudo quando governar começa a parecer-se com aquele velho problema de casal: os dois dormem na mesma cama, mas a manta é curta. Um puxa-a para o seu lado para não ficar com um buraco à mostra e, inevitavelmente, deixa o outro a descoberto. Na política acontece demasiadas vezes o mesmo. Protege-se um grupo, anuncia-se uma medida, celebra-se um benefício e apresenta-se uma prioridade. Mas raramente se pergunta quem ficou sem manta.

É legítimo apoiar os jovens. É legítimo proteger os idosos. É legítimo criar políticas específicas para quem está numa fase da vida em que enfrenta dificuldades particulares. O problema não está em beneficiar uns ou outros. O problema surge quando a governação se transforma numa sucessão de remendos e prioridades isoladas, em vez de construir uma proteção coerente para a sociedade inteira. Quando se puxa a manta para um lado, alguém fica ao frio. E, entre aqueles que demasiadas vezes parecem continuar fora das prioridades, encontram-se as pessoas com deficiência.

Também no domínio fiscal importa perceber exatamente o que está a acontecer. Há pessoas com deficiência que relatam que, em anos anteriores, recebiam reembolso de IRS e que, no último ano, passaram a pagar valores próximos daqueles que antes recebiam. Cada situação fiscal é diferente e não se deve transformar um relato individual numa conclusão geral. Mas, se alterações aos limites, deduções, benefícios ou regras de consideração dos rendimentos estiverem efetivamente a reduzir a proteção fiscal de uma parte das pessoas com deficiência, então a questão merece ser analisada e explicada publicamente.

Há aqui, aliás, uma questão de princípio que não pode ser ignorada. A deficiência não desaparece porque uma pessoa auferir um rendimento mais elevado. As despesas adicionais associadas à deficiência também não desaparecem automaticamente quando o salário sobe: tecnologias de apoio, próteses, aparelhos auditivos, componentes e acessórios, deslocações, reabilitação, terapias, adaptações, manutenção de equipamentos e muitas outras necessidades podem acompanhar uma pessoa durante toda a vida. É perfeitamente legítimo que um sistema fiscal seja progressivo e tenha em consideração o rendimento. O que seria difícil de aceitar é que a própria melhoria da situação profissional de uma pessoa com deficiência se transformasse, por via de limites mal desenhados, numa penalização desproporcionada. Se queremos autonomia, qualificação e emprego, não podemos construir um sistema que faça alguém perguntar se financeiramente teria sido preferível não progredir.

E chegamos precisamente ao emprego. Portugal afirma querer aumentar a empregabilidade das pessoas com deficiência. Existem quotas, incentivos, programas, apoios e sucessivos discursos sobre inclusão. Mas depois encontramos pessoas que receiam perder prestações, benefícios ou proteção à medida que entram ou progridem no mercado de trabalho. Que política de inclusão é esta se, por um lado, dizemos “trabalhe, seja autónomo, participe” e, pelo outro, construímos mecanismos que podem fazer do emprego uma fonte de insegurança? Os apoios sociais devem funcionar como instrumentos de autonomia e compensação das desigualdades, não como uma armadilha que coloque alguém perante a escolha entre trabalhar e conservar proteção.

Não se trata de defender que uma pessoa com deficiência, independentemente dos seus rendimentos, deva receber exatamente os mesmos apoios sociais. Trata-se de reconhecer que deficiência, rendimento e custos adicionais são realidades diferentes e que um sistema justo deve saber distingui-las. A política pública deve incentivar a autonomia sem apagar as consequências permanentes da deficiência. Caso contrário, voltamos à mesma cama: tapa-se o lado da inclusão profissional e destapa-se o lado da proteção social.

Na acessibilidade, a manta parece ainda mais curta. Faz-se uma rampa, coloca-se um símbolo internacional de acessibilidade, publica-se uma fotografia e anuncia-se que determinado edifício, serviço ou evento é acessível. Mas acessível para quem? A deficiência não começa nem termina na mobilidade condicionada. Onde estão as pessoas com deficiência auditiva? Onde estão os aros de indução magnética, as soluções Bluetooth Auracast, a legendagem de qualidade, os sistemas de apoio à comunicação, os alarmes visuais e a preparação dos profissionais para comunicar com pessoas que utilizam próteses auditivas ou implantes? E onde estão, igualmente, as respostas adequadas às muitas outras deficiências invisíveis ou menos representadas na imagem tradicional da acessibilidade?

A acessibilidade não pode ser aquilo que fica bonito na fotografia. Tem de ser aquilo que funciona quando ninguém está a fotografar. Não pode servir apenas para o Zé Povinho ver que “alguma coisa foi feita”. Uma política séria de acessibilidade exige critérios, fiscalização, investimento, avaliação e participação das próprias pessoas com deficiência e das organizações que as representam. Caso contrário, fazemos acessibilidade de montra: suficientemente visível para produzir uma notícia, mas insuficiente para permitir participação em condições de igualdade.

Talvez seja esse um dos problemas centrais da governação por medidas avulsas: cada anúncio pode parecer positivo quando observado isoladamente, mas o conjunto pode produzir desigualdades, contradições e pessoas esquecidas. Uma política pública não deveria ser avaliada apenas por quem beneficia imediatamente dela, mas também por quem fica de fora e pelas consequências que provoca noutros domínios. Não basta fechar um buraco se, para isso, abrimos outro.

Uma pessoa com deficiência também pode ser jovem ou idosa, estudante ou trabalhadora, desempregada ou empresária, contribuinte, mãe, pai, filha ou filho. Pode querer estudar, trabalhar, constituir família, viajar, assistir a um concerto, ir ao cinema, participar numa conferência ou simplesmente tratar de um assunto num serviço público sem encontrar uma barreira física, sensorial, comunicacional ou administrativa. As pessoas com deficiência não constituem uma sociedade paralela. Fazem parte da mesma sociedade sobre a qual incidem todas as restantes políticas públicas.

A pergunta, portanto, não é se devemos deixar de apoiar jovens para apoiar pessoas com deficiência, nem se devemos retirar proteção aos idosos para a transferir para outro grupo. Essa seria precisamente a lógica da manta curta que devemos rejeitar. A pergunta é outra: que governação queremos? Uma governação que distribui pedaços de manta conforme a prioridade política do momento ou uma governação capaz de garantir um patamar de dignidade, autonomia, justiça fiscal, emprego e acessibilidade para todos?

Porque governar não pode ser puxar constantemente a manta para o lado que naquele momento se quer mostrar protegido. Muito menos tapar um buraco abrindo outro. Enquanto celebramos aqueles que ficaram cobertos, convém olhar para a outra metade da cama. Há

peessoas que continuam destapadas. E, no caso das pessoas com deficiência, há demasiados anos que lhes dizem que a manta está a caminho. Entretanto, continuam ao relento.

**António Ricardo Antunes Miranda**

*Licenciado pré-Bolonha pelo IST/Lisboa em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, no ramo de Controlo e Robótica*

*Presidente e Sócio Fundador da OUVIR - Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos | [ouvir.pt](http://ouvir.pt)*